

DIÁRIO OFICIAL



Câmara Municipal de Barbalha

Ano XIV, No. 1267- Barbalha-CE, Sexta-feira, dia 17 de Maio de 2024. - CADERNO 01/01 –

Pag. 01

HISTÓRIA

O Diário Oficial do Poder Legislativo da cidade de Barbalha foi idealizado pelos Servidores Efetivos do Poder Legislativo e criado pela Resolução No. 04/2011, no dia 30 de Maio de 2011, quando foi ao ar sua primeira edição. O Diário tem por objetivo dar cumprimento ao princípio da Publicidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal, além da obrigação prevista no Regimento Interno da Casa do Povo Barbalhense para que as matérias legislativas fossem publicadas para dar conhecimento ao povo. O Diário Oficial é editado, diagramado, organizado e publicado pelo Centro Integrado de Educação e Cultura – CIEC e sob a responsabilidade de Servidores efetivos do próprio Poder Legislativo Municipal. E-mail: diariooficialcambar@gmail.com – site: www.camaradebarbalha.ce.gov.br

MESA DIRETORA

Presidente

Odair José de Matos – PT

Vice-Presidente

Carlos André Feitosa Pereira – PSB

1º. Secretário

Dorivan Amaro dos Santos – PT

2º. Secretária

Luana dos Santos Gouvêa – REPUBLICANOS

DEMAIS VEREADORES

- * Antônio Ferreira de Santana – PCdoB
- * Antônio Hamilton Ferreira Lira – PSB
- * Efigênia Mendes Garcia – PT
- * Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles – UB
- * Epitácio Saraiva da Cruz Neto – REPUBLICANOS
- * Eufrásio Parente de Sá Barreto – PT
- * Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior – PT
- * Isac Dié Romão Batista – PSDB
- * João Bosco de Lima – MDB
- * João Ilânio Sampaio – PSB
- * Vicente Eugênio Pereira – PT

COMISSÕES PERMANENTES

Constituição, Justiça e Legislação Participativa

Antônio Hamilton Ferreira Lira, Dorivan Amaro dos Santos e Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior

Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor

Antônio Ferreira de Santana, Epitácio Saraiva da Cruz Neto e João Ilânio Sampaio.

Obras e Serviços Públicos

Antônio Ferreira de Santana, Antônio Hamilton Ferreira Lira e Eufrásio Parente de Sá Barreto.

Educação, Saúde e Assistência

Luana dos Santos Gouvêa, João Ilânio Sampaio e Efigênia Mendes Garcia

Ética e Decoro Parlamentar

Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior e João Bosco de Lima.

Juventude

Dorivan Amaro dos Santos e Luana dos Santos Gouvêa

Segurança Pública e Defesa Social

Epitácio Saraiva da Cruz Neto e Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles

DIREÇÃO GERAL DA CÂMARA: CARLOS TAFAREL DA SILVA RAFAEL - **ASSESSOR DA MESA:** ANTONIO LINCOLN CARNEIRO DE OLIVEIRA - **COORDENAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL:** CÍCERO SANTOS DA SILVA

PUBLICAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

LEIS MUNICIPAIS

Lei Nº 2.811/2024

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE REQUISITOS NA COLETA DE DADOS PARA CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DO CARTÃO SUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARBALHA, Estado do Ceará, Sr. Odair José de Matos, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo art. 52, § 3º e 7º da Lei Orgânica Municipal e art. 32, inciso IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. É de responsabilidade dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS manter cadastro completo e atualizado

Art. 2º. Faz-se obrigatória a apresentação de documento comprobatório de residência no município de Barbalha, não se excluindo outros exigidos por Lei Federal, para cadastramento e recadastramento do Cartão do Sistema Único de Saúde realizado dentro do Município de Barbalha.

Art. 3º. O cadastramento e recadastramento só poderão ser feito mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados, não excluindo outros exigidos por Lei Federal:

I - Carteira de Identidade.

II - CPF.

III - Cartão do SUS (para quem já possui cadastro).

IV - Certidão de Casamento ou Nascimento.

V - Comprovante de residência ou declaração de residência dos 3 (três) meses anteriores ao cadastramento ou recadastramento.

VI - Registro Escolar ou declaração escolar emitido por instituição educacional do município de Barbalha, caso seja estudante.

VII - Título Eleitoral comprovando o domicílio eleitoral no município de Barbalha.

VIII - Declaração do agente de saúde ou enfermeiro do PSF comprovando a residência no município de Barbalha.

Parágrafo único. A exigência constante no inciso VII deste artigo será suprida pela exigência do inciso VIII para os enquadrados na facultatividade do Art. 14, § 1º, inciso II, alíneas “a”, “b” e “c” da Constituição Federal.

Art. 4º. O cadastramento e recadastramento serão presenciais e obrigatórios para todos os residentes no município de Barbalha, inclusive para as crianças e dependentes, destacando que:

I - Menores de 18 anos devem estar acompanhados de um dos pais ou do responsável legal.

II - No caso de menores de 18 anos que não tenham algum dos documentos constantes no Art. 3º desta Lei, um dos pais ou o responsável legal deve apresentar os seus documentos pessoais, não excluindo outros exigidos por Lei Federal.

Art. 5º. Quaisquer informações falsas implicarão nas penalidades legais.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Saúde regulamentará a presente Lei através de Portaria no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir de sua publicação, determinando o recadastramento de acordo com as novas exigências da presente Lei.

Parágrafo único. O não preenchimento dos requisitos exigidos no cadastramento e recadastramento implicará na exclusão do sistema da base Barbalha (CE).

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha

em 17 de maio de 2024

Odair José de Matos
Presidente

Lei Nº 2.812/2024

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.423/2019 QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO DO CEARÁ PARA A GESTÃO ASSOCIADA DO SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARBALHA, Estado do Ceará, Sr. Odair José de Matos, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo art. 52, § 3º e 7º da Lei Orgânica Municipal e art. 32, inciso IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Os Parágrafos 1º. e 2º. do art. 1º. da Lei Municipal Nº 2.423/2019 que autoriza a realização de Convênio de Cooperação com o Estado do Ceará para a gestão associada do serviço público de saneamento básico passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. ...

Parágrafo Primeiro: Os serviços de tratamento e fornecimento de água potável e de esgotamento sanitário serão prestados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, entidade integrante da Administração Indireta do Estado do Ceará, na forma das Leis Federais 8.987/1995, 11.107/2005, 11.445/2007 e decreto 6.017/2007, nas áreas urbanas da sede do Município de Barbalha, ficando as localidades rurais e os Distritos de Caldas, Estrela e Arajara sob a gestão do Município de Barbalha sem ônus para a população atendida.

Parágrafo Segundo: A remuneração dos serviços dar-se-á por tarifas cobradas dos usuários, segundo estrutura e valores fixados pela entidade reguladora em observância à sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços, sendo vedada a cobrança de tarifa nos dias em que houver suspensão do fornecimento de água, quando a suspensão for causada por problema técnico da concessionária.

Art. 2º. Acresce os Parágrafos 4º., 5º., 6º. e 7º. ao art. 1º. da Lei Municipal Nº 2.423/2019 que autoriza a realização de Convênio de Cooperação com o Estado do Ceará para a gestão associada do serviço público de saneamento básico passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Quarto – Compete ao Município de Barbalha, aplicar multa pelos dias de suspensão do fornecimento quando este for superior a 04 (quatro) dias úteis.

Parágrafo Quinto – O valor da multa será equivalente ao valor da conta mensal, dividido por trinta, vezes a quantidade de dias de suspensão em cada unidade consumidora afetada.

Parágrafo Sexto – O valor da multa prevista no parágrafo anterior, poderá ser revertido em abatimento nas contas de consumo das unidades afetadas pela suspensão do fornecimento nos meses subsequentes.

Parágrafo Sétimo – O Poder Público Municipal regulamentará por Decreto as disposições contidas nesta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de maio de 2024

Odair José de Matos
Presidente

Lei Nº 2.813/2024

INSTITUI POLÍTICA PÚBLICA O PROGRAMA SOCIAL “IDA E VOLTA ESTUDANTIL DO CURSO ALCANCE” NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BARBALHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARBALHA, Estado do Ceará, Sr. Odair José de Matos, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo art. 52, § 3º e 7º da Lei Orgânica Municipal e art. 32, inciso IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica instituída a Política Pública social “Ida e volta estudantil do curso alcance”, garantindo a gratuidade no pagamento da tarifa nos serviços de transporte coletivo de passageiros explorados diretamente, ou sob regime de concessão, permissão e ou autorização, aos estudantes do curso preparatório para o ENEM e vestibulares do Programa Alcance – “CURSO ALCANCE” reconhecido como de interesse social conforme Lei Municipal n. 2.741/2023, sob a coordenação da Câmara Municipal de Barbalha.

§ 1º. A gratuidade valerá somente aos sábados que tiver aulas do Curso Alcance.

§ 2º. Os alunos só terão direito a uma ida e uma volta.

Art. 2º. Serão considerados estudantes do Curso Alcance, para efeitos da presente Lei, aqueles regularmente matriculados no Programa, devendo, obrigatoriamente nos dias de aula estar fardados e portando crachá de identificação contendo dados pessoais e foto 3x4 recente, emitido pela Câmara Municipal de Barbalha.

§ 1º. O crachá terá data de validade apenas durante o período letivo do curso alcance – entre abril e outubro.

§ 2º. O período letivo do curso alcance será disponibilizado as empresas de transporte coletivo de passageiros.

Art. 3º. O quantitativo de estudantes por transporte coletivos será:

I – veículo coletivo de pequeno porte, tipo topic, van, passe livre para 2 (dois) estudantes por viagem;

II – veículo coletivo de médio porte, tipo micro-ônibus, passe livre para 3 (três) estudantes por viagem;

III – veículo coletivo de grande porte, tipo ônibus, passe livre para 5 (cinco) estudantes por viagem.

Parágrafo único. O quantitativo estipulado não obsta a possibilidade de condução de outros alunos desde que tenha disponibilidade no veículo.

Art. 4º. Esta Lei poderá ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de maio de 2024

Odair José de Matos
Presidente

ATOS DA MESA

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 03/2024

“Promulga proposição legislativa sancionada tacitamente, em virtude do silêncio de sanção ou veto, pelo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 52, § 3º e 7º da Lei Orgânica Municipal”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARBALHA, Estado do Ceará, Sr. Odair José de Matos, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo art. 52, § 3º e 7º da Lei Orgânica Municipal e art. 32, inciso IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO a
aprovação, pela Câmara de

Vereadores, do projeto de Lei 06/202, de autoria do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que o autógrafo da referida proposição legislativa foi recebido pelo Poder Executivo em data de 16/02/2024;

CONSIDERANDO o silêncio de sanção ou veto, pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 52, § 3º da Lei Orgânica Municipal, no que concerne a aludida proposição legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º. PROMULGAR a Lei nº 2.811 oriunda do projeto de Lei nº 06/2024, de autoria do Poder Legislativo Municipal, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º. Publique-se e registre-se.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de maio de 2024.

Odair José de Matos
Presidente

PROJETO LEI Nº 06/2024

EMENTA: DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE REQUISITOS NA COLETA DE DADOS PARA CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DO CARTÃO SUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA**, Estado de Ceará, aprova e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É de responsabilidade dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS manter cadastro completo e atualizado.

Art. 2º. Faz-se obrigatória a apresentação de documento comprobatório de residência no município de Barbalha, não se excluindo outros exigidos por Lei Federal, para cadastramento e recadastramento do Cartão do Sistema Único de Saúde realizado dentro do Município de Barbalha.

Art. 3º. O cadastramento e recadastramento só poderão ser feito mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados, não excluindo outros exigidos por Lei Federal:

I - Carteira de Identidade.

II - CPF.

III - Cartão do SUS (para quem já possui cadastro).

IV - Certidão de Casamento ou Nascimento.

V – Comprovante de residência ou declaração de residência dos 3 (três) meses anteriores ao cadastramento ou recadastramento.

VI - Registro Escolar ou declaração escolar emitido por instituição educacional do município de Barbalha, caso seja estudante.

VII – Título Eleitoral comprovando o domicílio eleitoral no município de Barbalha.

VIII – Declaração do agente de saúde ou enfermeiro do PSF comprovando a residência no município de Barbalha.

Parágrafo único. A exigência constante no inciso VII deste artigo será suprida pela exigência do inciso VIII para os enquadrados na facultatividade do Art. 14, § 1º, inciso II, alíneas “a”, “b” e “c” da Constituição Federal.

Art. 4º. O cadastramento e recadastramento serão presenciais e obrigatórios para todos os residentes no município de Barbalha, inclusive para as crianças e dependentes, destacando que:

I - Menores de 18 anos devem estar acompanhados de um dos pais ou do responsável legal.

II - No caso de menores de 18 anos que não tenham algum dos documentos constantes no Art. 3º desta Lei, um dos pais ou o responsável legal deve apresentar os seus documentos pessoais, não excluindo outros exigidos por Lei Federal.

Art. 5º. Quaisquer informações falsas implicarão nas penalidades legais.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Saúde regulamentará a presente Lei através de Portaria no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir de sua publicação, determinando o recadastramento de acordo com as novas exigências da presente Lei.

Parágrafo único. O não preenchimento dos requisitos exigidos no cadastramento e recadastramento implicará na exclusão do sistema da base Barbalha (CE).

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 30 de janeiro de 2024.

Odair José de Matos
Autor

André Feitosa
Coautor

JUSTIFICATIVA

EMENTA: DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE REQUISITOS NA COLETA DE DADOS PARA CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DO CARTÃO SUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei dispõe sobre inclusão de requisitos na coleta de dados para cadastramento e recadastramento do cartão SUS e dá outras providências.

Destaque-se que o cadastramento e recadastramento é essencial, considerando que é por meio do Cartão SUS que a população tem acesso a todos os serviços oferecidos pelo Sistema Único, como consultas, exames, remédios, internações hospitalares, entre outros.

Ressalte-se, ainda, que há orientações do Ministério da Saúde para a realização de atualização cadastral para acompanhamento dos usuários viabilizando a execução de políticas públicas eficientes.

Objetiva-se ainda identificar os reais usuários do município de Barbalha para a plena e eficaz oferta dos serviços com qualidade e atendimento das necessidades.

Por ser importante e estratégica esta ação, após análise, aguarda-se a devida aprovação.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 30 de janeiro de 2024.

Odair José de Matos
Vereador Autor

André Feitosa
Vereador Coautor

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 04/2024

“Promulga proposição legislativa sancionada tacitamente, em virtude do silêncio de sanção ou veto, pelo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 52, § 3º e 7º da Lei Orgânica Municipal”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARBALHA, Estado do Ceará, Sr. Odair José de Matos, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo art. 52, § 3º e 7º da Lei Orgânica Municipal e art. 32, inciso IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO a aprovação, pela Câmara de Vereadores, do Projeto de Lei Substitutivo 09/2024, de autoria do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que o autógrafo da referida proposição legislativa foi recebido pelo Poder Executivo em data de 01/03/2024;

CONSIDERANDO o silêncio de sanção ou veto, pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 52, § 3º da Lei Orgânica Municipal, no que concerne a aludida proposição legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º. PROMULGAR a Lei nº 2.812 oriunda do projeto de Lei Substitutivo nº 09/2024, de autoria do Poder Legislativo Municipal, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º. Publique-se e registre-se.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de maio de 2024.

Odair José de Matos
Presidente

PROJETO LEI SUBSTITUTIVO Nº 09/2024

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.423/2019 QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO DO CEARÁ PARA A GESTÃO ASSOCIADA DO SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Barbalha/CE, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os Parágrafos 1º. e 2º. do art. 1º. da Lei Municipal Nº 2.423/2019 que autoriza a realização de Convênio de Cooperação com o Estado do Ceará para a gestão associada do serviço público de saneamento básico passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. ...

Parágrafo Primeiro. Os serviços de tratamento e fornecimento de água potável e de esgotamento sanitário serão prestados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, entidade integrante da Administração Indireta do Estado do Ceará, na forma das Leis Federais 8.987/1995, 11.107/2005, 11.445/2007 e decreto 6.017/2007, nas áreas urbanas da sede do Município de Barbalha, ficando as localidades rurais e os Distritos de Caldas, Estrela e Arajara sob a gestão do Município de Barbalha sem ônus para a população atendida.

Parágrafo Segundo. A remuneração dos serviços dar-se-á por tarifas cobradas dos usuários, segundo estrutura e valores fixados pela entidade reguladora em observância à sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços, sendo veda a cobrança de tarifa nos dias em que houver suspensão do fornecimento de água, quando a suspensão for causada por problema técnico da concessionária.

Art. 2º. Acresce os Parágrafos 4º., 5º., 6º. e 7º. ao art. 1º. da Lei Municipal Nº 2.423/2019 que autoriza a realização de Convênio de Cooperação com o Estado do Ceará para a gestão associada do serviço público de saneamento básico passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Quarto – Compete ao Município de Barbalha, aplicar multa pelos dias de suspensão do fornecimento quando este for superior a 04 (quatro) dias úteis.

Parágrafo Quinto – O valor da multa será equivalente ao valor da conta mensal, dividido por trinta, vezes a quantidade de dias de suspensão em cada unidade consumidora afetada.

Parágrafo Sexto – O valor da multa prevista no parágrafo anterior, poderá ser revertido em abatimento nas contas de consumo das unidades afetadas pela suspensão do fornecimento nos meses subsequentes.

Parágrafo Sétimo – O Poder Público Municipal regulamentará por Decreto as disposições contidas nesta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha em
07 de fevereiro de 2024.

Exedito Rildo Cardoso Xavier Teles
Vereador Autor

Isac Dié Romão Batista
Vereador Autor

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores.

Tenho a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias, Projeto de Lei que altera a Lei Municipal LEI Nº 2.423/2019 que autoriza a realização de Convênio de Cooperação com o Estado do Ceará para a gestão associada do serviço público de saneamento básico e dá outras providências. O objetivo principal de nossa proposição é garantir a continuidade do maior programa social da cidade de Barbalha que vem sendo mantido há diversas administrações: a distribuição gratuita de água para os Sítios e Distritos da cidade de Barbalha.

A alteração na Lei em tela, evitará que o Poder Executivo faça concessão ou exploração dos serviços de água para as populações da Zona Rural e dos Distritos, garantindo a gratuidade nas áreas menos desenvolvidas economicamente da cidade.

Mesmo nosso projeto não criando despesa nova para o Município, visto que atualmente a municipalidade já custeia os referidos sistemas de abastecimento d'água, é importante frisar que no final do ano de 2016, o STF julgou em regime de repercussão geral o RE 878.911/RJ, definindo que o parlamentar municipal, vereador, pode apresentar projeto de lei que tenha previsão de despesas para o Poder Executivo, ou seja, para o município.

A decisão do Supremo, que teve como relator o Ministro Gilmar Mendes, fixou entendimento no sentido de reafirmar a jurisprudência da Corte, para dizer que não é inconstitucional lei municipal de iniciativa de vereador quando a matéria tratada não está inserida no rol taxativo previsto no art. 61, § 1º, II da [Constituição Federal](#), cuja reprodução é obrigatória nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais devido ao princípio da simetria, ainda que tais leis estabeleçam novas despesas para o município.

Ou seja, a decisão do STF em repercussão geral definiu a tese 917 para reafirmar que: *“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da [Constituição Federal](#)).”*

Ficou claro que, com exceção das matérias previstas expressamente naqueles dispositivos e seus correspondentes a nível estadual e municipal, todas as outras são inalcançáveis pela inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, vício de iniciativa, uma vez que a interpretação dada pela Suprema Corte é restritiva e não amplia o rol taxativo previsto pelo legislador constituinte.

Abracar a tese do Tribunal Constitucional é não limitar a atuação do parlamentar municipal no tocante a produção legislativa, uma vez que ficou garantido aos edis alterar a legislação sem incorrer no vício de iniciativa ou de inconstitucionalidade.

A decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 878.911/RJ, em repercussão geral, abre um novo paradigma a ser seguido pelos Tribunais Estaduais, pois como se sabe as decisões proferidas pela mais alta Corte do país em regime de repercussão geral possuem eficácia erga omnes e efeito vinculante para as demais instâncias do Poder Judiciário, o que obriga os Tribunais de Justiça a julgarem da mesma forma, com base na tese firmada pelo Supremo, todos os casos semelhantes que forem a eles submetidos e isso trás um conforto para debatermos e votarmos uma matéria que não padece de risco de nulidade judicial.

A partir do julgamento do RE 878.911/RJ pelo Supremo Tribunal Federal, passou a existir no ordenamento jurídico brasileiro um novo paradigma envolvendo a iniciativa de leis de vereadores, na medida em que há uma clara sinalização por parte da Suprema Corte, firmada na tese daquela decisão, de que a interpretação dada pelos Tribunais Estaduais quanto à reserva de iniciativa de lei do chefe do Executivo deve ser restrita às matérias constantes no rol taxativo do art. 61, § 1º, II da CF, ou seja, a regra tem que ser a aplicação da interpretação restritiva e não a ampliativa, como vem sendo aplicada hoje em dia.

Sobre a iniciativa para emendar Leis ou Projetos que sejam de iniciativa do Poder Legislativo, além do Projeto de Lei 04/2014 de autoria dos nobres Colegas Parlamentares ter recebido o Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, é cediço que mesmo em matérias de iniciativa privativa do Executivo, para propositura de Lei, não impede as modificações introduzidas pelo Poder Legislativo, por meio de emendas desde que não alterem, sem limitações, de forma significativa, o alcance e a substância da proposta inicial, de forma a estabelecer situações não contidas no Projeto do Executivo.

Hely Lopes Meirelles esclarece acerca do tema:

“...O monopólio da iniciativa não exclui, por si só, o poder de emenda. A iniciativa diz respeito ao impulso criador da proposição, o que não se confunde, nem afasta a possibilidade de modificações pelo Legislativo (...). Negar sumariamente o direito de emenda à Câmara é reduzir esse órgão a mero homologador da lei proposta pelo Prefeito, o que nos parece incompatível com a função legislativa que lhe é própria. (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores, 1998).

Sublinhe-se que a função típica do Poder Legislativo é legislar e fiscalizar, ao passo que ao Poder Executivo é dado à execução das leis, projetos e programas visando atender as demandas sociais, e ao Judiciário compete julgar os conflitos que surjam na sociedade.

A propósito, novamente nos socorremos no jurista Hely Lopes Meirelles, ao discorrer sobre as funções da Câmara Municipal, assim leciona:

A atribuição típica e predominante da Câmara é a normativa, isto é, a de regular a administração do Município e a conduta dos munícipes, no que afeta aos interesses locais. A Câmara não administra o Município; estabelece, apenas, normas de administração. Não executa obras e serviços públicos; dispõe, unicamente, sobre a sua execução. Não compõe nem dirige o funcionalismo da Prefeitura; edita, tão-somente, preceitos para sua organização e direção. Não arrecada e regula e controla a atuação governamental do Executivo, personalizado no Prefeito. Eis aí a distinção marcante entre a missão normativa da Câmara e a função executiva do Prefeito; o Legislativo delibera e atua com caráter regulatório, genérico e abstrato; o Executivo consubstancia os mandamentos da norma legislativa em atos específicos e concretos da administração.

Como é sabido, o processo legislativo compreende o conjunto de atos (iniciativa, emenda, votação, sanção e veto) realizados visando a formação da Norma Jurídica. Iniciado o Processo Legislativo, por intermédio da apresentação de uma proposição que é encaminhada à Mesa Diretora do Poder Legislativo, passa-se à fase seguinte, onde as emendas podem ser apresentadas.

Considerada uma proposição acessória à outra, a emenda constitui parte fundamental do poder de legislar, sem ela o Legislativo reduzir-se-ia a um simples ratificador da vontade do titular da iniciativa ou simples vetante. Vale destacar que, consoante à doutrina tradicional, o poder de emenda cabe ao parlamentar, vez que aos membros do Poder Legislativo compete a prerrogativa da elaboração de leis.

Assim, pode-se afirmar que o exercício do poder de propor emendas à Leis ou a Projetos, pelos parlamentares, em proposições mesmo que oriundas de outro Poder, caracteriza-se como prerrogativa inerente à função legislativa.

Dessa forma, sabendo do compromisso de Vossas Senhorias com esse importante causa de alcance social, submeto o projeto à apreciação confiante em sua unanime aprovação.

Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles

Vereador Autor

Isac Dié Romão Batista

Vereador Autor

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 05/2024

“Promulga proposição legislativa sancionada tacitamente, em virtude do silêncio de sanção ou veto, pelo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 52, § 3º e 7º da Lei Orgânica Municipal”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARBALHA, Estado do Ceará, Sr. Odaír José de Matos, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo art. 52, § 3º e 7º da Lei Orgânica Municipal e art. 32, inciso IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO a aprovação, pela Câmara de Vereadores, do Projeto de Lei 16/2024, de autoria do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que o autógrafo da referida proposição legislativa foi recebido pelo Poder Executivo em data de 05/04/2024;

CONSIDERANDO o silêncio de sanção ou veto, pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 52, § 3º da Lei Orgânica Municipal, no que concerne a aludida proposição legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º. PROMULGAR a Lei nº 2.813 oriunda do Projeto de Lei nº 16/2024, de autoria do Poder Legislativo Municipal, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º. Publique-se e registre-se.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 17 de maio de 2024.

Odaír José de Matos
Presidente

PROJETO LEI Nº 16/2024

INSTITUI POLÍTICA PÚBLICA O PROGRAMA SOCIAL “IDA E VOLTA ESTUDANTIL DO CURSO ALCANCE” NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BARBALHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA, Estado de Ceará, aprova e o Prefeito Municipal sanciona e publica a seguinte Lei, na forma das disposições da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º. Fica instituída a Política Pública social “Ida e volta estudantil do curso alcance”, garantindo a gratuidade no pagamento da tarifa nos serviços de transporte coletivo de passageiros explorados diretamente, ou sob regime de concessão, permissão e ou autorização, aos estudantes do curso preparatório para o ENEM e vestibulares do Programa Alcance – “CURSO ALCANCE” reconhecido como de interesse social conforme Lei Municipal n. 2.741/2023, sob a coordenação da Câmara Municipal de Barbalha.

§ 1º. A gratuidade valerá somente aos sábados que tiver aulas do Curso Alcance.

§ 2º. Os alunos só terão direito a uma ida e uma volta.

Art. 2º. Serão considerados estudantes do Curso Alcance, para efeitos da presente Lei, aqueles regularmente matriculados no Programa, devendo, obrigatoriamente nos dias de aula estar fardados e portando crachá de identificação contendo dados pessoais e foto 3x4 recente, emitido pela Câmara Municipal de Barbalha.

§ 1º. O crachá terá data de validade apenas durante o período letivo do curso alcance – entre abril e outubro.

§ 2º. O período letivo do curso alcance será disponibilizado as empresas de transporte coletivo de passageiros.

Art. 3º. O quantitativo de estudantes por transporte coletivos será:

I – veículo coletivo de pequeno porte, tipo topic, van, passe livre para 2 (dois) estudantes por viagem;

II – veículo coletivo de médio porte, tipo micro-ônibus, passe livre para 3 (três) estudantes por viagem;

III – veículo coletivo de grande porte, tipo ônibus, passe livre para 5 (cinco) estudantes por viagem.

Parágrafo único. O quantitativo estipulado não obsta a possibilidade de condução de outros alunos desde que tenha disponibilidade no veículo.

Art. 4º. Esta Lei poderá ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

rt. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 12 de março de 2024.

Vereador ODAIR JOSÉ DE MATOS
PRESIDENTE

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Vereadores,
Excelentíssimas Vereadoras,

O transporte público é um direito essencial, previsto no artigo 30, inciso V da Constituição Federal de 1988, no qual se fala da competência do município em:

Art. 30. Compete aos Municípios:
V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

Assim, o transporte público é claramente uma necessidade para que se tenha acesso ao conjunto da cidade e de seus serviços.

O projeto de lei em questão tem por objetivo garantir o acesso gratuito ao transporte coletivo público para os alunos do Curso Alcance como uma forma de incentivo e dedicação aos estudos.

Destacamos a necessidade de tratarmos verdadeiramente o transporte como direito e como elemento essencial para o alcance de uma melhor qualidade de vida. Devemos ter como horizonte um sistema de transporte público que não mais esteja voltado para o lucro, mas que seja responsabilidade direta do município. Assim como educação e saúde são garantidas pelo município sem cobrança de tarifa, mesmo com todas as deficiências que sabemos haver nesses serviços, o transporte, que também é público, deveria sê-lo igualmente para os alunos do Curso Alcance que se dedicação aos sábados de estudos saindo da tranquilidade do lar.

Portanto, o que de fato justifica a aprovação dessa proposição é a luta pelo direito à cidade e por uma melhor qualidade de vida da juventude em face do desenvolvimento e crescimento educacional.

Portanto, peço aos pares da casa a aprovação do presente projeto.
Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha
em 12 de março de 2024.

Vereador ODAIR JOSÉ DE MATOS
PRESIDENTE

PAUTA DAS SESSÕES

PAUTA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 22ª LEGISLATURA

Guilherme da Costa Sampaio

Secretário Legislativo

MATÉRIAS DO EXPEDIENTEMATÉRIA SOBRE A MESA

- I. **Requerimento Legislativo nº**
311/2024, de autoria do(a)
Parlamentar ODAIR, que Requer
que seja enviado ofício à Secretaria
de Infraestrutura e Serviços
Públicos, solicitando recuperação do
calçamento da rua L7 nas
localidades da Cirolândia.
- II. **Requerimento Legislativo nº**
312/2024, de autoria do(a)
Parlamentar MARCELO
SARAIVA, que Requer que seja
enviado um ofício ao Secretario
Municipal de Infraestrutura e
Serviços Públicos,o Sr. Arôdo de
Castro, com cópia ao Prefeito
Municipal Dr. Guilherme Saraiva,
solicitando a recuperação de trechos
da estrada que dá acesso ao
Assentamento São Judas Tadeu,
como também solicito a recuperação
de trechos da estrada que liga o Sítio
Rua Nova ao Sítio Frutuoso.

PROPOSIÇÕES DA ORDEM DO DIAMATÉRIA SOBRE A MESA

- I. **Requerimento Legislativo nº**
311/2024, de autoria do(a)
Parlamentar ODAIR, que Requer
que seja enviado ofício à Secretaria
de Infraestrutura e Serviços
Públicos, solicitando recuperação do
calçamento da rua L7 nas
localidades da Cirolândia.
- II. **Requerimento Legislativo nº**
312/2024, de autoria do(a)
Parlamentar MARCELO
SARAIVA, que Requer que seja
enviado um ofício ao Secretario
Municipal de Infraestrutura e
Serviços Públicos,o Sr. Arôdo de
Castro, com cópia ao Prefeito
Municipal Dr. Guilherme Saraiva,
solicitando a recuperação de trechos
da estrada que dá acesso ao
Assentamento São Judas Tadeu,
como também solicito a recuperação
de trechos da estrada que liga o Sítio
Rua Nova ao Sítio Frutuoso.

ORADORES DA PALAVRA FACULTADA

ORADORES INSCRITOS

- I. EPITÁCIO CRUZ
- II. PROFESSOR ILÂNIO
- III. DORIVAN
- IV. ODAIR DE MATOS

AVISOS

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 2024.04.01.1 - A CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA, através da sua Pregoeira, torna público que realizará as 09:00, do dia 05 de junho de 2024, no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, PREGÃO nº 2024.04.01.1. Objeto: Contratação de empresa especializada na gestão documental, incluindo diagnóstico situacional, expurgo, classificação, organização, proteção, preservação, armazenamento e catalogação de documentos permanentes físicos, bem como os serviços de tecnologia da informação necessários à modernização e gerenciamento de documentos correntes e intermediários através da criação de índices de pesquisa e listagens em QR Code da Câmara Municipal de Barbalha e documentos em sua posse da Administração Municipal dos anos de 1951 à 2024, totalizando 73 (setenta e três) anos, consoante conforme Decreto nº 10.148, de 19 de março de 2020, a Resolução do Conarq nº 40, de 9 de dezembro de 2014 e da Resolução do Arquivo Nacional nº 4, de 2020, Lei no 8.159 de 08 de janeiro de 1991, vide Decreto nº 4.553, de 27.12.02. O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos <https://compras.m2atecnologia.com.br/>- <https://camaradebarbalha.ce.com.br/>. Informações pelo telefone: Informações pelo telefone: 88 - 3532-3316 ou no endereço: licitacamarabarbalha@gmail.com. Barbalha/CE, 20 de maio de 2024. MARIA DAS GRAÇAS COSTA DANTAS - PREGOEIRA.

MARIA DAS GRAÇAS COSTA DANTAS
PREGOEIRO(A)
MATRICULA Nº 023

PUBLICAÇÕES DO PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES DE ONG’S, PARTIDOS POLÍTICOS E ENTIDADES SINDICAIS